

O MERCADO JURÍDICO EM 2011

PROCURA DE NOVAS GEOGRAFIAS PELO TECIDO EMPRESARIAL EXIGE RESPOSTA DA ADVOCACIA SOCIETÁRIA

■ Perante um cenário de crise persistente, e com a contracção do consumo no mercado interno a fixar-se como uma realidade, a internacionalização e o reforço das exportações por parte das empresas nacionais foram transformados na pedra de toque da criação de riqueza para o País. Apostar noutros mercados e reforçar o volume de vendas no exterior é o que se pede aos empresários portugueses. Acompanhá-los e dar-lhes apoio legal é o papel que cabe desempenhar neste processo ao sector da chamada advocacia de negócios.

Se a internacionalização e o sector exportador prometem ser focos de trabalho na área dos serviços jurídicos ao longo deste ano, também é de esperar, de acordo com a opinião de

diversos “players” do sector, que 2011 seja de continuidade face ao que o precedeu. Fruto de uma conjuntura económico-financeira adversa, o contencioso, as reestruturações, a cobrança de dívidas e os litígios no campo laboral vão continuar a dar que fazer aos advogados.

Nos planos de actividade de muitos escritórios de advocacia, o cenário de crise económica continua plasmado, obrigando à contenção de custos e a uma gestão cada vez mais racional de recursos humanos. A realidade impõe a adopção deste tipo de estratégia, muito por culpa das dificuldades que as empresas enfrentam a nível de tesouraria, de uma maior restrição no acesso ao financiamento bancário

“COM A INTENSIFICAÇÃO DA CRISE, AS EMPRESAS CONTINUARÃO A REVELAR MAIOR PREOCUPAÇÃO COM O CONTROLO DE CUSTOS, O QUE ACABARÁ TAMBÉM POR REFLECTIR-SE NOS VALORES QUE ESTÃO DISPOSTAS A PAGAR AOS ADVOGADOS.”



das suas actividades e da cobrança cada vez mais tardia dos serviços prestados ou dos bens fornecidos.

MAIS URGÊNCIA, A MESMA QUALIDADE E MENOR PREÇO

Em resultado de todo um conjunto de factores, os “timings” médios no pagamento de honorários dilatou-se em 2010 e a tendência, face ao agravamento da situação económica, é para que esta realidade se mantenha ou se torne ainda mais adversa. Por outro lado, tal como reconhecem advogados organizados de forma societária, desde 2009 que os clientes começaram a aumentar o seu nível de escrutínio em relação à assessoria jurídica. Passaram a pedir maior urgência e a mesma qualidade de serviços, mas a menor preço.

No sector, há quem considere que a intervenção dos causídicos até foi mais requisitada em 2010 do que em anos anteriores. No entanto, o trabalho foi muitas vezes realizado em condições financeiramente menos fáceis para os clientes, logo remunerado de forma mais modesta. Há ainda quem admita que os modelos de honorários continuarão a ser alvo de pressão, sendo expectável que, face ao ano transacto, se assista ainda a um maior esmagamento dos “fees” – nuns casos para responder a necessidades reais dos clientes, noutros em resultado de algum aproveitamento por parte destes da conjuntura desfavorável.

“É EXPECTÁVEL UM MAIOR RECURSO À ASSESSORIA JURÍDICA NAS ÁREAS DE REESTRUTURAÇÃO E REDIMENSIONAMENTO EMPRESARIAL, AO QUE ESTARÁ SUBJACENTE UM ACRÉSCIMO DOS PROCESSOS DE EXTINÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO. OS DEPARTAMENTOS DE DIREITO LABORAL VÃO, POIS, CONTINUAR COM GRANDE ACTIVIDADE.”

Com a intensificação da crise, as empresas continuarão a revelar maior preocupação com o controlo de custos, o que acabará também por reflectir-se nos valores que estão dispostas a pagar. A tendência, de resto, tem caminhado no sentido de cada vez mais serem pedidos orçamentos fixos aos escritórios de advocacia.

REESTRUTURAÇÕES DE EMPRESAS E CONTENCIOSO

Tendo em atenção o actual cenário económico, há quem espere para o resto do ano um aumento significativo do trabalho de assessoria jurídica nas áreas de reestruturação e redimensionamento empresarial, ao que estará subjacente um acréscimo dos processos de extinção de postos de trabalho e despedimentos. Os departamentos de direito laboral vão, pois, continuar com grande actividade.

Associado a estes factores conjunturais, muito marcados pela crise e pelas medidas de austeridade introduzidas pelo Orçamento do Estado (OE) de 2011, haverá certamente um aumento da litigância neste âmbito. Deverá manter-se, por outro lado, a tendência para que muito do trabalho solicitado aos advogados envolva igualmente o contencioso ligado à recuperação de crédito e à reestruturação de passivos bancários. Na área de direito administrativo, tem vindo a registar-se um aumento de actividade, em resultado directo das medidas impostas pelo OE. São disso exemplo os litígios já em tribunal, na sequência dos cortes dos salários dos trabalhadores da Função Pública, das medidas nas remunerações do sector empresarial do Estado ou das renegociações dos contratos com os estabelecimentos de ensino privado.

O adiamento de algumas das grandes obras públicas que deveriam avançar no ano passado e continuar em 2011, retirou algum trabalho rentável aos escritórios mais dimensionados ou que detêm uma maior especialização jurídica neste campo. O novo aeroporto de Lisboa, a alta velocidade ferroviária e a terceira travessia do Tejo em Lisboa vão continuar em “stand by”. Ao mesmo tempo, não se sabe quando avançará o plano de privatizações anunciado pelo Executivo no âmbito do Programa de Estabilidade e Crescimento. Sem grandes projectos públicos, não haverá também grandes financiamentos. Logo, com a falta de grandes operações, também não haverá assessorias jurídicas a grandes transacções.

Na primeira metade de 2010 o mercado jurídico ganhou ânimo com projectos da dimensão da oferta pública de aquisição da Cimpor ou da venda da Vivo pela Portugal Telecom à espanhola Telefónica. Há quem admita que no sector das fusões e aquisições poderá também voltar a haver algum trabalho durante este ano, embora sem a importância do de 2010 e, claro, sem paralelo com o que se passou nos anos que antecederam a crise de 2008.

“A INTERNACIONALIZAÇÃO E O REFORÇO DAS EXPORTAÇÕES SÃO, ESTE ANO, DOIS DOS DESAFIOS ESTRATÉGICOS PARA AS EMPRESAS NACIONAIS.”

ACOMPANHAR OS CLIENTES NA INTERNACIONALIZAÇÃO

A internacionalização e o reforço das exportações são, este ano, dois dos desafios estratégicos para as empresas nacionais. Apostar noutros mercados e reforçar o volume de vendas no exterior é o que se pede aos empresários portugueses. Acompanhá-los e dar-lhes apoio legal é o papel que cabe desempenhar neste processo ao sector da chamada advocacia de negócios. Este será, provavelmente, um dos tabuleiros onde o sector da assessoria jurídica poderá ganhar algum fôlego em 2011.

Afinal, é esta a aposta reforçada que muitos escritórios têm vindo a fazer, com a abertura de representações próprias noutros países, através da celebração de parcerias com sociedades noutros mercados ou mediante a integração de redes internacionais. Todos os passos referidos são sinónimos dessa preocupação. De resto, uma realidade que é visível na caracterização feita nestas páginas, tendo em conta o aumento do número de sociedades que, na edição do In-Lex de 2011 revelam marcar presença, directa ou indirectamente, noutros países. ■